



PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_/CMPV/2021

**PROTOCOLO**

**Divisão das Comissões**

Proj. de Lei nº 4134/2021

Proíbe o **manuseio**, a **utilização**, a **queima** e a **soltura** de fogos de artifício com estampidos no Município de Porto Velho, e da outras providências.

Proj. de Lei Comp. nº \_\_\_\_\_

**Objeto**

**Projeto Legislativo**

**Endereço**

Cota 23/03/21 Horário 09:24h

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO**, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IV, do artigo IV, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho:

Razão saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO** aprovou e sancionou a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica proibido o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de artifícios com estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso em todo o território do Município de Porto Velho.

**Parágrafo único.** Excetuam-se da regra prevista no "caput" deste artigo **os fogos de vista**, assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampido, ou ruídos de baixa intensidade.

**Art. 2º** A proibição a que se refere esta Lei estende-se a todo o Município de Porto Velho, em recintos fechados e abertos, áreas públicas e locais privados, em festejos de finais de ano e nos demais eventos públicos e privados em qualquer época.


**Art. 3º** O descumprimento ao disposto nessa Lei acarretará ao infrator a imposição de multa na monta de duas (2) Unidades Fiscais do Município, podendo chegar a 4 (quatro) Unidades Fiscais do Município na hipótese de reincidência, entendendo-se como reincidência o cometimento da mesma infração num período inferior a 60 (sessenta) dias.

**Art. 4º** Fica o Poder Executivo autorizado a reverter os valores recolhidos em função das multas previstas nesta lei para custeio das ações e publicações para conscientização da população, bem como, na fiscalização dos dispositivos constantes nesta.

**Art. 5º** O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Porto Velho, 01 de março de 2021.

  
**MÁRCIA SOCORRISTAS ANIMAIS**

VEREADORA/PP

**GABINETE DA VEREADORA MÁRCIA SOCORRISTAS**

**RUA BELÉM, 139 - MEU PEDACINHO DE CHÃO | PORTO VELHO - RO.**

**FONE: (60) 3217-8010**





### JUSTIFICATIVA

Inicialmente, reconhece-se a beleza dos fogos de artifício, os quais vêm a ser expostos em momentos de celebração.


Contudo, dado a evolução do conhecimento sobre o meio ambiente urbano, percebe-se que o uso de fogos de artifício, da forma como vem ocorrendo, em desacordo com prescrições legais ou regulamentares vem a atacar diretamente grupos vulneráveis (idosos, portadores de síndrome de Dawn, Autistas, Doentes em situação de internação hospitalar, portadores de síndromes referentes à deficiência auditiva ou neurológica, além de animais domésticos e silvestres), os quais em caso de exposição aos ruídos provocados pelos fogos de artifício "comum" são acometidos por transtornos inerentes a sua deficiência/vulnerabilidade, ocasionando alterações comportamentais, perturbação na qualidade ambiental, fobias, lesões e, em casos mais graves, morte.

No caso específico dos animais, os fogos de artifício podem vir a causar-lhes traumas irreversíveis, vez que possuem maior sensibilidade auditiva, em alguns casos, os cães se debatem presos a suas coleiras e podem até morrer por asfixia, os gatos por sua vez sofrem alterações cardíacas com as explosões e os pássaros tem a saúde muito afetada, dezenas de mortes, fugas desesperadas, atropelamentos, enforcamentos em coleiras, quedas de janelas, automutilação, acontecem por ocasião da queima de fogos nas festas de final de ano.

A presente propositura, não prima por impedir os espetáculos realizados com fogos de artifícios, mas sim proibir que sejam utilizados artefatos que produzam barulho, estampidos e explosões que causem riscos à vida humana e dos animais, estando o presente anseio em consonância com o disposto na lei de crimes ambientais no que tange a poluição sonora.

Pelos motivos expostos, e por tratar-se de matéria que visa garantir direitos e bem estar de grupo vulnerável, é que se propõe aos Nobres pares, que estes artifícios de celebração que emitem ruídos prejudiciais aos vulneráveis venham a ser proibidos em nosso Município.

Certo de que será dada a devida relevância que a matéria requer.

  
**MÁRCIA SOCORRISTA ANIMAIS**  
Vereadora/PP

Presidente da Comissão Permanente de meio Ambiente e Proteção dos Animais